

ATA DA 075ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Ciro Roza - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Nilso José Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Critica a instalação, sem critério, de radares fixos na BR-282.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Sugere convite ao superintendente do DNIT para discutir a instalação de radares na BR-282.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Parabeniza o deputado Edison Andrino pelo tema abordado.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Critica a proposta de criação da Defensoria Pública apresentada pelo Poder Executivo.

DEPUTADO SANDRO SILVA - Destaca seu apoio à aprovação da PEC dos bombeiros.

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Registra a presença de autoridades de Concórdia.

Partidos Políticos

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Defende a aprovação da PEC dos bombeiros.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Defende a aprovação da PEC dos bombeiros.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Parabeniza o CNJ pela decisão de obrigar todos os Tribunais de Justiça a divulgar os salários de seus servidores; informa que o ministério da Saúde disponibilizou R\$ 18,7 milhões para Santa Catarina realizar cirurgias eletivas; mostra-se favorável à aprovação da PEC dos bombeiros.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se contra a aprovação da PEC dos bombeiros.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Destaca o cooperativismo catarinense; externa sua posição favorável à PEC dos bombeiros.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Ressalta a mobilização em prol dos bombeiros voluntários.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença do secretário Valdir Cobalchini; agradece ao deputado Aldo Schneider a sessão do espaço no horário do PMDB.

Ordem do Dia

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Encaminha a votação da PEC n. 0001/2012.

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Encaminha a votação da PEC n. 0001/2012.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Encaminha a votação da PEC n. 0001/2012.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha a votação da PEC n. 0001/2012.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Encaminha a votação da PEC n. 0001/2012.

DEPUTADO VALMIR COMIN (pela ordem) - Justifica a ausência do deputado Joares Ponticelli; externa a posição favorável à PEC da bancada do PP.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Solicita a suspensão da sessão após o término da votação do segundo turno das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, quero cumprimentar a plateia composta pelos nossos valorosos bombeiros voluntários. Eu não vejo os bombeiros militares aqui, mas também são valorosos como todos vocês e trabalham salvando vidas em Santa Catarina.

Quero fazer, sr. presidente, uma referência à BR-282 e àqueles que se destinam ao oeste catarinense e à região serrana, lá de onde vem o deputado Elizeu Mattos, pois torço muito para que s.exa. seja prefeito da nossa querida Lages, até porque se ele vencer a eleição e mais três deputados também se elegerem prefeito, eu me efetivo na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Quero cumprimentar também o deputado presidente desta Casa, que provavelmente circula muito pela BR-282, assim como o deputado Reno

Caramori. Eu circulo há uns 15 anos por essa rodovia e de lá para cá se fez uma grande reforma nela: restaurou-se a pista, fizeram-se obras de arte importantes, só que, deputado Elizeu Mattos, não consigo entender por que resolveram instalar tantos pardais desde a entrada de Santo Amaro da Imperatriz até Bom Retiro. Da maneira como foram colocados, qual foi o critério técnico usado? Para chegar à Boa Vista, no topo do morro da BR-282, onde é difícil segurar o automóvel a 70k, 80km, porque é descida, de repente é preciso reduzir a velocidade para 40km porque há um pardal limitando a velocidade a 60km e logo em seguida a 40km.

Repito: qual foi o critério que se usou para instalar aquele pardal ou aquilo é uma pegadinha para arrecadar recursos para o DNIT?!

Está aqui nos visitando, com muita honra, o prefeito Carlito Merss, que foi deputado estadual e deputado federal. Quando v.exa. tiver a oportunidade de transitar pela BR-282, prefeito verá o absurdo que é aquilo. Não é possível!

Deputado Moacir Sopelsa, v.exa. que também circula na BR-282, veja o que ocorreu comigo: esta semana eu vinha de Bom Retiro e como há um aviso da existência de um pardal, ou seja, de vigilância eletrônica, tive que frear, e o cidadão que vinha atrás de mim, deputado Elizeu Mattos, quase me bateu, porque praticamente tive que parar o carro na pista, porque 40km é praticamente parar o carro em uma pista de tráfego rápido. O problema é que não há como andar na velocidade estabelecida porque em lugar de evitar acidentes, pode-se causar um.

Então, gostaria que a comissão de Transportes desta Casa, que é dirigida pelo deputado Valmir Comin e que foi presidida por muito tempo pelo deputado Reno Caramori, realizasse uma audiência pública ou uma reunião com os técnicos do DNIT e até fizesse um convite aos deputados e à imprensa para, talvez, sairmos daqui um dia e irmos a Alfredo Wagner para ver o absurdo que é a quantidade de radares instalados e a maneira como foram colocados.

Penso que os radares têm que ser colocados para que o trânsito flua normalmente e que sejam evitados acidentes. Agora, não podem ser colocados com o único intuito de arrecadar recursos para o governo federal.

Deputado Mauro de Nadal, v.exa. que circula por aquela rodovia sabe do que estou falando! É um absurdo o que fizeram, eu não sei se estão funcionando, mas as placas de sinalização estão lá. Acho que esta Casa pode dar a sua contribuição para que os pardais determinem uma velocidade adequada que, ao invés de causar, evite acidentes.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Edison Andrino, há dois problemas neste país que estão acabando com as famílias: um é o trânsito, pois todo dia se ouve falar de uma família que perdeu alguém; o outro são as drogas, principalmente o crack.

Na questão da BR-282, passei por ela no mínimo duas vezes por semana nos últimos seis anos. Agora, precisamos ver os pontos. Devemos chamar, talvez, o superintendente do DNIT para discutir essa questão, mas não sou contra, em princípio, à instalação de pardais. Penso que para resolver essa carnificina no trânsito somente mexendo no bolso, pois as pessoas não estão respeitando os limites de velocidade.

Agora, deputado, o que tem que ser discutido é qual o critério de localização dessas lombadas. Um dos lugares em que vejo, com frequência, o maior número de acidentes é naquele viaduto da Boa Vista; lá vi mais de oito vítimas. Então, é um local em que deveria haver um radar e não há.

A comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano desta Casa poderia convidar o superintendente João José dos Santos para dar explicações acerca da redução de velocidade em certos trechos e em outros não. Sou favorável que se faça isso.

Agora uma coisa é certa: para acabar com a carnificina somente doendo no bolso, não

conseguiremos de outra maneira. Já se tentou de tudo, mas todos os dias se veem loucuras, principalmente praticadas por motociclistas. É uma verdadeira roleta russa o que as pessoas fazem em cima de uma moto!

Portanto, a minha sugestão é que v.exa., já que levantou o assunto, convide o superintendente do DNIT para vir à comissão discutir os critérios de colocação de lombadas eletrônicas na BR-282.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu agradeço e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento. Quero deixar bem claro que não sou contra os radares. Não! Acho que tem que ser colocados. Provavelmente, deputado Elizeu Mattos, apesar de se tratar de um trecho relativamente pequeno, o trecho Florianópolis/Lages da BR-282 é um dos que mais causam acidentes em Santa Catarina.

Então, radares devem ser colocados, mas é preciso ver onde e por quê! Eu citei um exemplo, mas há vários.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Edison Andrino, v.exa. traz a esta Casa um assunto importantíssimo. Eu não tenho o número exato, mas parece-me que há 14 radares instalados desde a BR-101, entrando na BR-282, até a BR-470, perto de Campos Novos.

Estranhamos que em alguns lugares onde estão colocados os radares a velocidade é de 40km, em outros é de 60km e em outros ainda é de 80km. Não é uma crítica aos radares, mas v.exa. abordou a questão justamente para que se discutam os critérios de velocidade e também os locais de instalação.

Acho que o deputado Elizeu Mattos foi feliz na sugestão de que se convide o superintendente do DNIT para que se discuta aqui a questão e tenhamos melhor conhecimento de toda a situação.

Obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Agradeço o aparte de v.exa.

Mas gostaria, quem sabe, não só de convidá-lo para vir a esta Casa, mas irmos de carro a Alfredo Wagner - são apenas 40 minutos - para verificarmos o absurdo que são esses radares da maneira como foram colocados. Não há critério! E se existe, é um critério errado.

Queremos uma explicação técnica, mas queremos que os radares sejam mantidos. Não quero que alguém resolva dizer que o deputado Edison Andrino é contra a instalação de radares, absolutamente. Eu quero que sejam colocados, mas de uma maneira...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, quero fazer uma saudação muito especial a todos os bombeiros, sem distinção de bombeiros comunitários, voluntários ou militares e lembrar que nesta semana se comemorou o Dia do Bombeiro.

De forma muito especial quero saudar as delegações de bombeiros voluntários de diversas cidades de Santa Catarina que acompanham há quase um ano a trajetória de debates que têm sido travados nesta Casa a respeito da sua atuação no estado.

Temos aqui grandes delegações de bombeiros de Jaraguá do Sul, de Joinville, a quem cumprimento em nome do prefeito Carlito Merss e de todas as demais lideranças; de Concórdia, de Arabutã, de Lindóia, de Irani, de Presidente Getúlio, de Jaguaruna, enfim, de muitos municípios. Sintam-se todos cumprimentados.

Quero dizer que vivemos importantes momentos de debate nesta Casa. No dia 8 de maio vencemos uma etapa fundamental, que foi a discussão da constitucionalidade da PEC e este Plenário, por 25 votos favoráveis, oito contra e algumas

abstenções, resolveu que a matéria era constitucional. Agora vamos votar a parte do mérito, que é a mais importante.

Naqueles dias muito se debateu, muito se discutiu, vieram propostas divergentes e nós recebemos muitas comunicações, muitas ligações de pessoas que se manifestavam obviamente a favor ou contra a PEC, o que já é do conhecimento de todos. Mas o que me chamou a atenção depois daquela memorável votação aqui ocorrida foi e-mail recebido do tenente-coronel Paulo Chaves de Araújo, do Corpo de Bombeiros de São Paulo, pesquisador em proteção contra incêndio. Chamou-me a atenção, inclusive, o conteúdo, e eu faço questão de ler para que todos tomem conhecimento.

(Passa a ler.)

"Parabéns aos valorosos deputados estaduais de Santa Catarina, que na tarde de hoje, 08 de maio de 2012, aprovaram com 25 votos favoráveis e sete votos contrários a Proposta de Emenda Constitucional que acrescenta o parágrafo único ao art. 112 da Constituição Estadual, que autoriza os municípios catarinenses a celebrar convênios com os Corpos de Bombeiros Civis Voluntários para análise de projetos e vistoria de sistemas de proteção contra incêndio, realizados por engenheiros, arquitetos, técnicos em edificações e assim por diante.

A aprovação a PEC n. 0001 representa uma vitória e exemplo de cidadania dos vários prefeitos, vereadores, empresários, bombeiros civis voluntários e de muitos moradores dos 33 municípios atendidos por Corpos de Bombeiros Civis Voluntários em Santa Catarina, que lotaram as galerias da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e abre espaço para o grande debate nacional que precisa ser iniciado para regulamentar os Corpos de Bombeiros Civis Voluntários e os Corpos de Bombeiros Civis Municipais, para que se possam instalar nos 4.929 municípios brasileiros onde, por falta de efetivo, o Corpo de Bombeiros Militar dos estados ainda não conseguiu instalar um quartel de bombeiros.

O modelo de Corpo de Bombeiros Militar já demonstrou não ser capaz de suprir a necessidade de bombeiros no país, já que em 156 anos de existência só conseguiu instalar quartel em 635 municípios, sendo que em muitos desses municípios é notória a falta de efetivo, viaturas, materiais, equipamentos, treinamento, procedimentos operacionais padronizados e instalações adequadas.

O Samu, em apenas 11 anos de existência, já possui instalação em cerca de 1.300 municípios, com viaturas, treinamento e procedimentos operacionais padronizados para todo o país.”[sic]

Fiz essa leitura porque recebemos inúmeras mensagens com posicionamentos diversos, mas vindo de um tenente-coronel que tem estudado o assunto, penso que é um diferencial também a ser colocado.

Deputado Elizeu Mattos, v.exa. apresentou uma emenda, e gostaria de dizer que na essência não concordaríamos com ela, porque não podemos pensar apenas em quem já está instalado, mas em outros que virão no futuro também. Mas se a emenda for para viabilizar esse acordo e para aprovar a matéria nesta Casa, se não por unanimidade, mas por uma maioria muito mais folgada do que aquela havida anteriormente, concordaremos.

E é importante esclarecer que não basta termos a maioria dos votos aqui, temos que contar o quórum sobre o total de deputados que compõem a Assembleia Legislativa, mesmo aqueles que não estiverem presentes. E ainda assim, por se tratar de mudança constitucional, precisaremos de 24 votos e esta Casa é composta por 40 parlamentares.

Então, acho que a conversação que houve através dessa emenda pode facilitar, sim. Mas, acima de tudo, parece-me que estamos querendo, no dia de hoje, chegar ao encerramento de uma questão que não é de agora, deste último ano, deputado Moacir Sopelsa.

Coincidentemente estamos os três na frente e somos autores de outras PECs que aqui tramitam sobre assuntos semelhantes, as quais permitimos, inclusive, que não viessem a plenário como prioridade para a votação, por que esta que estará sendo votada é mais representativa, porque foi

assinada pela Mesa Diretora e por deputados de todas as bancadas que compõem esta Assembleia.

Acredito que vocês estão angustiados para haja uma solução. Já vimos muita gente vir aqui legitimamente fazer o seu papel, mas poucas vezes vimos pessoas virem para dizer que querem trabalhar, que querem continuar tendo o direito de atender pessoas, de salvar vidas. É isto o que esta emenda propõe: dar direito a essas pessoas de trabalhar, porque se ela não for aprovada, para alguns não mudará nada, mas para esses mudará porque estarão impedidos de fazer o que milenarmente se faz no mundo, que é o trabalho voluntário. Desde a Grécia antiga, há milhares de anos, havia voluntários. Como é que Santa Catarina ousou querer impedir esse trabalho?

Estamos caminhando para resolver isso com amplo apoio desta Assembleia, com o apoio de todas as bancadas, mas com certeza principalmente pelo exemplo e pelo trabalho que vocês têm desenvolvido nas corporações, nos seus municípios, diuturnamente.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Com a palavra o próximo deputado inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, todos que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e, em especial, todos os bombeiros voluntários e militares que aqui estão.

Hoje, com certeza, é um dia importante para Santa Catarina e para todos vocês que, como dizia o meu colega, deputado Neodi Saretta, querem continuar trabalhando. Então, quero parabenizá-los pela grande luta que empreendem em favor da população do nosso estado. Esperamos que hoje consigamos avançar e aprovar a emenda constitucional que está tramitando.

Quero também falar sobre outra emenda constitucional importante, até essencial, para o

nosso estado, que é a que cria a Defensoria Pública em Santa Catarina, único estado que ainda não tem esse importante instrumento difusor de justiça.

O Supremo tribunal Federal determinou que Santa Catarina deveria criar o sistema de Defensoria Pública no estado. A verdade é que nós já estamos nessa luta há muito tempo, inclusive deu entrada nesta Casa à Emenda Popular n. 0286/2010, que previa justamente a criação da Defensoria Pública.

Agora, depois de todo o movimento da sociedade catarinense, das universidades, dos movimentos sociais para criar a Defensoria Pública, a PEC que o governo do estado encaminhou a esta Casa não atende às nossas expectativas, pois estabelece regras que ferem a autonomia funcional, administrativa e orçamentária da Defensoria Pública, bem como o inciso II do art. 134 da Constituição Federal, instituído pela Emenda n. 45, de 2004.

Assim, vamos lutar até o último momento para que a Defensoria Pública tenha, sim, autonomia funcional, administrativa e orçamentária. Não podemos fazer de conta de criamos uma Defensoria Pública para simplesmente, deputado Jailson Lima, cumprir uma determinação do Supremo Tribunal Federal.

Outra questão a ser ressaltada é que a estrutura apresentada pelo Projeto de Lei Complementar n. 0016/2012 é ínfima em relação às necessidades do estado e está muito longe do que previa Emenda Popular n. 0286/2010, que criava 300 cargos, ao passo que agora são criados inicialmente 20 cargos. O projeto, na realidade, mantém o sistema atual de convênios da Defensoria Dativa, é centralizador e passível de influência política do Executivo. Nós queremos um órgão livre, que defenda o cidadão até contra o próprio estado, porque esse é o papel que a Constituição Federal determina. Além disso, o projeto também mantém a OAB/SC como principal gestora da Defensoria Pública, enquanto nós queremos que ela seja autônoma.

Então, srs. deputados e sras. deputadas, a luta que a sociedade catarinense empreendeu tinha a expectativa de criar um órgão público em Santa Catarina de defesa do cidadão, principalmente do cidadão de baixa renda, que hoje não tem ninguém que o defenda.

Essa é a nossa defesa e por isso a nossa bancada propôs a realização de uma audiência pública, que foi aprovada na reunião da comissão de Justiça e Constituição ontem pela manhã, para ser realizada na próxima terça-feira. Queremos, inclusive, convocar todos os deputados, os presentes e os que nos acompanham para discutirmos esse tema na próxima terça-feira, porque o projeto está tramitando em regime de urgência e o acordo que conseguimos construir prevê que o PLC seja votado entre os dias 17 e 18 de julho.

Assim, srs. deputados e todos que nos acompanham, o nosso trabalho será intenso para que consigamos, de fato, juntamente com a sociedade e as entidades, construir um órgão autônomo financeira e administrativamente, a fim de que ele cumpra o papel que a própria Constituição lhe destinou. E não simplesmente criarmos uma instituição pública somente porque assim determinou o Supremo Tribunal Federal.

Então, srs. deputados e sras. deputadas, vamos fazer um conjunto de emendas, discuti-las na audiência pública e até terça-feira à noite vamos apresentá-las. Serão mais de 20 emendas a esse projeto para de fato construir a Defensoria Pública que a sociedade catarinense merece.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Eu gostaria de cumprimentar primeiramente toda a corporação de bombeiros que se faz presente neste importante dia para a Assembleia Legislativa. Cumprimento também o prefeito municipal Carlito Merss e o presidente desta sessão, deputado Moacir Sopelsa. Cumprimento ainda os demais srs. deputados e

presidente da Câmara Municipal de Joinville, vereador Odir Nunes, e em seu nome cumprimento todos os vereadores que se fazem presentes, que numa demonstração de solidariedade cancelaram a sessão de hoje para poderem vir a esta Casa apoiar os bombeiros voluntários do nosso estado.

Quero cumprimentar também o sr. Moacir Thomazi, presidente da Corporação dos Bombeiros Voluntários de Joinville, o sr. Mário César Aguiar, presidente da Associação Comercial e Industrial de Joinville, e o presidente da Ajorpeme, João Marcos Dombroski.

Eu gostaria de dizer que me sinto agraciado, porque no mês de maio, quando foi votada a admissibilidade, eu estava, como vocês, do lado de fora torcendo para que ela fosse admitida. E hoje estou muito feliz e tenho certeza que muitos de vocês gostariam de ter esta oportunidade de estar aqui para poder votar a favor dessa PEC.

Vou ler um trecho da Bíblia que carrego comigo há muito tempo, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"João disse a Jesus: 'Mestre, vimos um homem expulsar demônios em teu nome. Mas nós o proibimos, porque ele não nos segue. Jesus disse: 'Não o proibais, pois ninguém faz milagres em meu nome para depois falar mal de mim. Quem não é contra nós é a nosso favor'." (Mc 9,38-40)

O que quero dizer com isso é que todos, independentemente se militares, comunitários ou voluntários, são bombeiros e todos querem a mesma coisa: cuidar da vida das pessoas acima de tudo. Portanto, para que os bombeiros voluntários, que são a parte mais frágil dessa relação, consigam sobreviver precisam mais do que nunca da solidariedade dos deputados e, principalmente, dos seus colegas militares, a fim de que possam continuar a fazer aquilo que realmente importa para o povo catarinense, proteger a vida e o patrimônio das pessoas.

Eu gostaria de citar aqui a postura do governador Raimundo Colombo, que permitiu que esta Casa tratasse desse assunto com toda liberdade. Gostaria ainda de agradecer a todos os deputados

que votaram a favor da admissibilidade da PEC e que votarão favoravelmente a sua aprovação no dia de hoje, garantindo a sobrevivência de uma corporação que muito auxilia o nosso estado.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sandro Silva.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença do presidente da Câmara Municipal de Concórdia, vereador Leocir Zanella, do vereador e ex-secretário de Urbanismo do município, Mauri Maran, do vereador Édio Wulff, e representando o Executivo Municipal, o meu querido irmão José Saretta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta. Esta Presidência também dá as boas-vindas a todas as autoridades de Concórdia.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, minha saudação efusiva a v.exa., aos demais deputados, às sras. deputadas, aos telespectadores da TVAL e aos ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Sr. presidente, inicio no horário do meu partido fazendo minha saudação especial, efusiva, de coração, aos bombeiros voluntários de Santa Catarina que se fazem presentes em grande número nesta Casa. Alguns saíram na noite de ontem do interior do estado para estarem aqui neste momento relevante para a corporação.

Quero fazer uma saudação, deputada Angela Albino, à república de Joinville, pois assim fomos

tratados. Na verdade, com muita honra defendemos Joinville, uma cidade que representa 17% da economia do estado, 1,6% das exportações do Brasil e 25% das exportações de Santa Catarina.

Quero saudar o prefeito Carlito Merss, aqui presente, que está muito atento e que nos tem ajudado muito nessa tarefa. Ele está, inclusive, fazendo conversações para ver se consegue o voto da deputada Ana Paula Lima e do deputado Dirceu Dresch.

Quero fazer minha saudação efusiva ao presidente da Acij, empresário Mário Aguiar, e ao ex-presidente, dr. Udo Döhler, também presentes nesta sessão. A minha saudação também ao presidente da Ajorpeme, aos representantes da Acomac e do CDL, ao dr. Moacir Thomazi, ao presidente da Câmara Municipal, vereador Odir Nunes, que está acompanhado de uma bancada de vários partidos representando o Parlamento daquela cidade.

Sr. presidente, inicio o meu pronunciamento, dirigindo-me aos deputados da base do governo, primeiramente informando e reforçando a notícia de que o governador Raimundo Colombo, em entrevista à imprensa nos dias 23 e 28 de maio, pronunciou-se totalmente favorável à aprovação da PEC dos bombeiros. Portanto, nós temos o apoio do governador João Raimundo Colombo.

Também temos o apoio do deputado Elizeu Mattos, que deverá pronunciar-se em seguida, deputada Angela Albino, mais o apoio do deputado José Nei Ascari, que foi o relator na Comissão de Constituição e Justiça.

A PEC, com a emenda de autoria do deputado Elizeu Matos, que vai ser votada daqui a alguns instantes nesta Casa tem a anuência do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Essa emenda consolida a atuação daquelas corporações que estão dando certo, deputada Angela Albino. Ela mantém os voluntários que estão atuando até este momento nas corporações que estão consolidadas em Santa Catarina e não prejudica os bombeiros militares do nosso estado.

Portanto, há um acordo com os bombeiros militares de Santa Catarina sobre a PEC com a emenda de autoria do deputado Elizeu Matos.

Quero, deputada Angela Albino, dizer que havia assumido o compromisso neste plenário, na votação passada, de que, aprovada a PEC dos bombeiros voluntários, iríamos debruçar-nos na defesa do plano de carreira dos bombeiros militares de Santa Catarina, de que iríamos nos debruçar, deputado Sargento Amauri Soares - e aqui estou ratificando o meu compromisso -, na criação da junta médica e na defesa da ampliação do quadro dos bombeiros militares de nosso estado, para atender aos 170 municípios que ainda não têm nem bombeiros voluntários, nem comunitários ou militares.

Esse compromisso está mantido, deputado Sargento Amauri Soares e, inclusive, quero ratificá-lo desta tribuna sagrada.

Eu já recebi em meu gabinete uma comissão de bombeiros militares para tratar desse assunto, deputada Ana Paula Lima, e haveremos de sensibilizar o governador Raimundo Colombo no sentido de atender aos pleitos, às reivindicações dos bombeiros militares do nosso estado. Esse é o nosso compromisso. Por quê? Por uma razão muito simples. A PEC de nossa autoria que vai ser votada daqui a alguns instantes não é uma mudança na Constituição do estado para prejudicar quem quer que seja. É uma PEC racional. Por que racional, deputada Angela Albino? Porque mantém as Corporações de Bombeiros Voluntários do estado de Santa Catarina que estão atuando, como é o caso de Joinville, há 120 anos! É uma organização que surgiu da manifestação espontânea da sociedade catarinense há mais de um século e que salva vidas, que cumpre com a sua missão de uma forma racional, inteligente e barata.

Mas essa não é uma PEC contrária aos bombeiros militares. É uma PEC que mantém as três corporações. Os bombeiros militares, que continuarão atuando em Florianópolis, em Blumenau, em São Bento do Sul, por exemplo, da mesma forma que vêm atuando há mais de 80 anos. E queremos elogiar a atuação também dos bombeiros militares!

São trabalhadores catarinenses honrados que salvam vidas. De forma alguma poderíamos ser contra os bombeiros militares.

Os bombeiros comunitários continuarão atuando, mas os bombeiros voluntários também vão continuar atuando, porque não seria justo outra corporação ser instalada em Joinville, por exemplo, onde já existe a nossa corporação. Isso seria uma irracionalidade.

Por isso esta Casa, daqui a alguns minutos, certamente fará justiça aprovando esta PEC para o bem da sociedade catarinense e para o bem das corporações de bombeiros do estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, quero aqui falar um pouco mais sobre os bombeiros voluntários.

Estivemos aqui no mês passado e voltamos hoje para dizer que Joinville merece respeito, para dizer que os bombeiros voluntários do nosso estado merecem e serão reconhecidos daqui a alguns instantes com a aprovação da PEC.

Os bombeiros voluntários, na sua grande maioria, presidente Moacir Thomazi, cumprem uma jornada profissional de oito horas nas empresas e no período da noite e nos finais de semana, quando poderiam estar com suas famílias, cumprem uma jornada adicional na Corporação de Bombeiros Voluntários. Esse é um gesto nobre, é uma missão e não pode acabar! A corporação tem que continuar fortalecida, prestigiada, apoiada pelo Parlamento catarinense, para o nosso orgulho e para o bem da nossa sociedade.

É isso que diz a PEC, com a emenda do deputado Elizeu Mattos. E é isso que vamos aprovar daqui a uns instantes. Vamos dizer "sim" ao voluntariado catarinense, à racionalidade, à organização da sociedade civil de Santa Catarina, a esse viés do voluntariado tão forte, tão presente, tão latente, que faz com que Santa Catarina seja um dos estados com IDH similar ao dos países do primeiro mundo.

Somos um estado organizado, solidário, no qual as pessoas têm oportunidade de crescer, de se desenvolver e de ter sucesso por muitos motivos. Poderíamos dizer, deputado Sargento Amauri Soares,

que é porque temos um povo empreendedor, bons gestores, condições geográficas adequadas, mas, principalmente, porque temos um viés voltado para o voluntariado, para as pessoas, resultado da mistura do pragmatismo, do conhecimento tecnológico, da racionalidade dos imigrantes europeus, com a irreverência e com a criatividade dos nossos nativos, caboclos e açorianos que fizeram Santa Catarina.

Dessa junção, dessa mistura resultou o nosso estado, que nos orgulha, que nos dá satisfação, que se destaca em todo nosso continente. E o Corpo de Bombeiros Voluntários é isto, ou seja, é a cara de Santa Catarina. Essa corporação representa tanto quanto a Rede Feminina de Combate ao Câncer, a Apae, enfim, todo voluntariado, as pessoas que fazem as coisas acontecerem em nosso estado, desinteressadamente; as pessoas que deixam os momentos de lazer com seus familiares e vão para as ruas, através das suas entidades, trabalhar para melhorar a qualidade de vida da comunidade e atender aos mais pobres, aos mais carentes. Isso é o Corpo de Bombeiros Voluntários.

É por isso que estamos vencendo a segunda batalha e é por isso também que esta PEC deverá ser aprovada, porque a matéria é racional e prestigia o Corpo de Bombeiros Voluntários, mas também nos leva a assumir compromissos efetivos, concretos e claros com a Corporação dos Bombeiros Militares de Santa Catarina, deputado Sargento Amauri Soares, porque também são trabalhadores catarinenses e merecem o nosso respeito e o nosso apoio.

Tivemos algumas divergências, sim. Mas o Parlamento é a Casa do debate, das convergências, mas, sobretudo, das divergências. O fundamental é que estamos chegando a um consenso e aprovando uma PEC que vai fortalecer as duas corporações de bombeiros, que vão continuar com muita honra, com muito orgulho, com muito amor no coração, salvando vidas.

Muito obrigado e tenho certeza de que aprovaremos esta PEC daqui a alguns instantes.

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, srs. bombeiras e bombeiros voluntários, prezados bombeiros militares.

Escutei atentamente os pronunciamentos dos meus colegas deputados e talvez, neste plenário, eu seja o deputado mais feliz e já expliquei por que em outras oportunidades.

Em fevereiro deste ano, com a participação do procurador-geral do Estado, do secretário da Fazenda, do dr. Pamplona, funcionário desta Casa, e de um desembargador, formatamos uma PEC que a Mesa Diretora, a pedido do governo, apresentou a este Parlamento.

Esta PEC dizia o seguinte:

(Passa a ler.)

"Art. 112

[...]

Parágrafo Único. No exercício da competência da fiscalização de projetos, edificações e obras nos respectivos territórios, os municípios poderão, nos termos da lei local, celebrar convênios com os Corpos de Bombeiros Voluntários para fins de verificação e certificação do atendimento às normas de segurança contra incêndio."[sic]

Houve aqui uma discussão muito ampla acerca da constitucionalidade do projeto e eu não abri mão porque entendo que se trata de uma emenda constitucional. Depois de muita discussão o deputado Elizeu Mattos deve ter recebido uma proposta dos bombeiros para que esta emenda à PEC 0001/2012 passasse a vigorar com a seguinte redação:

(Passa a ler.)

"Art. 112

[...]

Parágrafo Único. No exercício da competência da fiscalização de projetos, edificações e obras nos respectivos territórios, os municípios poderão, nos termos da lei local, celebrar convênios com os Corpos de Bombeiros Voluntários *legalmente constituídos até maio de 2012*, para fins de verificação e certificação do atendimento às normas de segurança contra incêndio.”[sic]

E aí há um ditado que diz: “Vão-se os anéis e ficam os dedos”. Isso aqui é um paliativo! E gostaria de perguntar o seguinte: por quem os 171 municípios que não possuem corporações esperarão?

O deputado Neodi Saretta leu o depoimento de um coronel do estado de São Paulo, de quem tive a honra de receber uma comenda em nome dos bombeiros catarinenses, mostrando a realidade do Brasil, e nós conhecemos bem a realidade de Santa Catarina, onde há 171 municípios que não possuem nenhuma corporação de combate a incêndios.

Em momento algum, nesses 20 anos que estamos aqui, contrariamos ou condenamos o atendimento dos bombeiros voluntários. Muito pelo contrário, sempre louvamos e sempre procuramos fazer com que eles atendessem aos municípios. E vocês viram que aqui em São José, onde incêndios aconteceram ao lado da corporação, não havia viaturas adequadas. O mesmo ocorre lá no oeste. E nós lutamos para que eles conseguissem reequipar as suas corporações e fizemos apelos pessoais aos governos para reequipassem também as unidades de bombeiros militares.

Não defendemos essa ou aquela corporação. Sempre defendemos a sociedade catarinense, o cidadão, a cidadã e os seus bens. Cansei de dizer desta tribuna para buscarmos o maior atendimento ao povo de Santa Catarina. Se o governo não tem recurso suficiente para instalar unidades de bombeiros militares em todo estado, é muita ignorância não admitir a oferta dos bombeiros voluntários, que custam muito pouco para o estado! E os senhores sabem que temos os demonstrativos que mostram - e vou trazê-los em outra oportunidade para provar - quanta economia fazem para os cofres públicos.

Eu tenho certeza, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses, de que o governo, a partir de hoje, se essa PEC for aprovada, vai começar a economizar em diárias, viagens e aluguéis.

Lá em Caçador, onde temos uma unidade de bombeiros voluntários, foi instalada - e agora estão alugando um prédio - uma Corporação de Bombeiros Militares. Mas o que é isso?! Em 171 municípios não há ninguém e em Caçador, que tem um monte de gente, um monte de viaturas, um *staff* respeitável de bombeiros categorizados, treinados, vai uma corporação de bombeiros militares! Lá em Concórdia, da mesma forma. Mas que estado é este, com duplicidade de atendimento numa região, e o resto do estado ficando à mercê dos imprevistos?!

Esse é o nosso objetivo maior, e não é contrariedade coisa nenhuma, como dizem por aí que eu sou contra os bombeiros militares. Eles nunca sentaram comigo, a não ser em 2002, em seis reuniões com a Promotoria da Coletividade. O promotor Davi do Espírito Santo acompanhou seis reuniões e na sétima, vergonhosamente, correu da briga covardemente. Eu já registrei nesta Casa e faço aqui a reafirmação de que foram seis reuniões. Tudo perda de tempo, todos os gastos inúteis com viagens para chegar na última reunião e dizer: agora nós não queremos mais brincar! Agora chega! Isso é brincadeira!

Eu quero cumprimentar os deputados que votarão favoravelmente a essa PEC. Pelo menos vamos dar condições ao governo de repensar. Com o auxílio dos voluntários, teremos condições de criar mais corporações militares também para atender ao povo catarinense.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero fazer o registro da presença da vereadora Dalila Rosa Leal e também da vereadora Tânia Maria Eberhardt, do Movimento de Mulheres, ambas de Joinville.

Muito obrigada, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada. Está feito o seu registro.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, com a sua permissão, quero fazer um apelo aos srs. deputados que estão nos seus gabinetes para virem ao plenário às 16h para que possamos ter quórum para votar a PEC.

Também na linha da deputada Angela Albino, gostaria de registrar a presença dos demais vereadores de Joinville. Além vereadoras Dalila Rosa Leal e Tânia Maria Eberhardt, estão presentes os vereadores Odir Nunes da Silva, Juarez Nicasio Pereira e diversos vereadores da nossa cidade, que estão aqui acompanhando esse momento importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, sr. presidente, quero aproveitar esse horário ára fazer registro da presença de professores da Escola Básica Hermann Blumenau, de Trombudo Central, do nosso Alto Vale: Sandra Aparecida Silva, Roselane Maas, Marisa Carvalho França, Marli Mendes, Margarete Aparecida Carvalho e José Carlos Monteiro, juntamente com alguns alunos. Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

No horário do nosso partido, cabe-me fazer alguns registros, deputado Neodi Saretta, que

considero extremamente importantes, sobre a lógica da democracia deste Brasil com o intuito de que o povo brasileiro tenha acesso a informações que hoje são apenas do conhecimento dos órgãos públicos. A partir do momento em que passou a vigorar Brasil a Lei do Direito à Informação, todo brasileiro tem o direito de acessar qualquer informação de origem pública, independentemente do órgão.

Quero ressaltar neste momento o papel do Conselho Nacional de Justiça, que definiu, deputada Angela Albino, que todos os Tribunais de Justiça do Brasil devem colocar nos seus Portais da Transparência os salários de todos os seus servidores, sejam magistrados, sejam desembargadores. É bom que se enfatize que o CNJ determinou ainda que os penduricalhos também devem ser disponibilizados para que qualquer pessoa interessada tenha conhecimento.

Então, é importante que todos saibam que a lei nos dá o direito de chegar a qualquer órgão público, nas Câmaras de Vereadores, nas prefeituras, por exemplo, e pedir uma informação referente a projetos administrativos, a custos, à compra de veículos, enfim, onde está sendo empregado o dinheiro público.

Por isso, quero parabenizar o ministro Carlos Ayres Britto, presidente do Supremo Tribunal Federal, que encaminhou à regulamentação a Lei do Direito à Informação através do Conselho Nacional de Justiça.

Esperamos que isso seja cumprido o mais brevemente possível em cada recanto deste país, porque quando a população não fiscaliza, a possibilidade de os recursos públicos saírem pelos ralos da corrupção é muito maior.

Ainda no horário do Partido dos Trabalhadores, partido que represento nesta Casa, quero dizer que, como médico, fiquei feliz com a nova orientação do ministério da Saúde, deputado Dirceu Dresch, que disponibilizou R\$ 650 milhões que deverão ser aplicados em cirurgias eletivas. São recursos que não estavam previstos para os estados e municípios neste ano.

Santa Catarina receberá R\$ 18,7 milhões para realizar inúmeras cirurgias eletivas de catarata, de varizes, de amígdalas etc. É importante ter claro que no ano passado o governo federal aportou R\$ 350 milhões para serem aplicados em procedimentos cirúrgicos. Logo, para 2012 houve um aumento de quase 100%.

Outra medida importante do governo da presidenta Dilma Rousseff foi a prorrogação do prazo de isenção do IPI sobre determinados produtos, a fim de manter a economia ativa, a fim de conservar o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda. E entre as áreas contempladas, temos a chamada linha branca: geladeiras, fogões, máquinas de lavar etc. Também o setor de móveis, de luminárias e outros. Essa é uma medida claramente antirrecessiva do governo federal, que se preocupa em manter o emprego das pessoas.

Sr. presidente, hoje se dará a votação da chamada PEC dos bombeiros. Em determinados momentos observamos nesta Casa certa tensão entre os dois segmentos: os bombeiros voluntários e os bombeiros militares, que defendiam lógicas distintas.

O que temos que ter claro é que há espaço para todos e que naquilo que está bom não há porque mexer no sentido de cercear o direito de trabalhar de instituições que funcionam há mais de 100 anos, como acontece na cidade de Joinville.

Eu sou da região do Alto Vale, fui prefeito da cidade de Rio do Sul e lá não temos bombeiros voluntários, temos somente bombeiros militares.

Então, quero saudar o deputado Elizeu Mattos, que tão bem conduziu o processo da PEC e que achou uma fórmula que permite que as instituições que existem hoje possam continuar trabalhando da mesma forma e que daqui para frente o estado faça uma maior regulação.

Quero dizer ainda que vou votar em nome do deputado Darci de Matos e do prefeito Carlito Merss, de Joinville, que é um defensor incontestável dessa fórmula de atuação e que é

prova irrefutável de que essa instituição funciona muito bem.

Agora, cabe ressaltar que o estado deve dar maiores condições de trabalho às Corporações de Bombeiros Voluntários, tendo em vista que os seus custos são menores do que os custos com o Corpo de Bombeiros Militar.

Antes de terminar, devo dizer que há mais um motivo para que eu vote a favor desta PEC: é que a camisa dos bombeiros voluntários é vermelha, que é a cor do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, que é a cor do coração e da alma.

Por isso o meu voto é de vocês!

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PCdoB.

Conforme entendimento com a deputada Angela Albino, os cinco minutos reservados ao PCdoB serão utilizados pelo deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e os presentes nesta Casa na tarde desta quarta-feira.

Gostaria de cumprimentar todas as autoridades aqui presentes, saudar todos os bombeiros voluntários, saudar as autoridades políticas e empresariais de Joinville. Joinville está completa aqui: o PIB e também o poder político. Não sei se os outros poderes estão também, mas o poder econômico e o poder político estão presentes nesta Casa, na tarde de hoje.

Quero, nos cinco minutos que me foram generosamente cedidos pela deputada Angela Albino, que é o tempo do PCdoB, apresentar alguma argumentação diferente daquelas que usaram os oradores até este momento. É um tempo insuficiente, mas vou tentar.

Primeiramente, devo dizer que vou manter a mesma posição que tenho defendido até este

momento, ou seja, contrária à PEC. A Assembleia Legislativa tem autonomia para se manifestar nesse sentido e este parlamentar tem a consciência tranquila com relação a sua posição em todos os momentos desse processo.

Quero argumentar apenas que não vejo a presença dos bombeiros militares na tarde de hoje, inclusive porque a coerção é coercitiva. E diante da afirmação de que se mantivesse a intransigência não teriam mais nada aprovado em seu benefício neste Poder - e essa frase foi usada em debates nos últimos dois meses, inclusive no microfone deste Poder Legislativo -, dá para entender as motivações.

Com relação à emenda apresentada pelo deputado Elizeu Mattos, quero registrar todo o esforço feito pelo colega, porque, na minha avaliação, ela diminui a gravidade da PEC, uma vez que estanca a proliferação para todas as demais cidades de Santa Catarina de um fenômeno existente em nosso estado que eu chamo, sem medo de errar, de "empreendedorismo". Na área do serviço de bombeiros existe um "empreendedorismo".

Com relação aos comentários feitos pelo tenente-coronel de São Paulo, certamente se trata de um bombeiro militar da reserva, que passou 30 anos ou mais silenciando sobre a insuficiência do estado na área e recebendo seu salário. Certamente também nunca fez um blog ou um texto defendendo que o governo do estado de São Paulo fortalecesse o serviço de bombeiros, e agora, na reserva, adota a filosofia do "empreendedorismo" nessa área. Isso, inclusive, é comum, muitos passam 30 anos dentro de uma instituição pública estadual na área da segurança e depois de aposentados montam uma empresa na área e concorrem com aquela que lhes deu tudo o que têm na vida. Essa é uma dramática realidade que precisa também ser registrada.

Posso até apostar que este tenente-coronel não é da ativa dos bombeiros do estado de São Paulo, mas um participante do movimento empreendedor na fomentação desse movimento em nível nacional.

A emenda do deputado Elizeu Mattos, como disse, diminui a gravidade da PEC, no meu ponto de

vista, mas não entra no princípio constitucional que dá a noção de serviço público que nós temos. Nós achamos que o serviço voluntário é importante, deve permanecer e precisa ser fortalecido. É importante a permanência do bombeiro voluntário. O que estamos discutindo aqui é que deveria ser exclusivo do estado o poder de normatização, de fiscalização e de autuação, inclusive para impedir o que acontece numa cidade do estado de Santa Catarina, deputado Reno Caramori, onde a pessoa que assina como engenheiro civil e cobra pelo projeto, é a pessoa que libera, que autoriza o projeto.

Isso, sim, também é perigoso para a sociedade catarinense!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, srs. deputados, senhoras e senhores, imprensa presente, também quero dirigir as minhas primeiras palavras, como um cumprimento, aos bombeiros militares e voluntários, que vêm da maioria das regiões do estado de Santa Catarina. E faço uma referência especial aos bombeiros de Concórdia e Irani.

Quero dizer-lhes que vou dividir o meu tempo na tribuna com dois assuntos, porque tenho o compromisso de falar hoje sobre o cooperativismo. Assim, deputado Neodi Saretta, vou deixar os últimos oito minutos do meu espaço para falar dessa importante corporação e do importante trabalho que faz.

(Passa a ler.)

"No próximo sábado, dia 7, comemora-se o Dia Internacional do Cooperativismo. A data tem significado mais expressivo porque 2012 foi declarado pela ONU - Organização das Nações Unidas - como Ano Internacional do Cooperativismo.

A primeira cooperativa foi legalmente constituída em dezembro de 1844, na Inglaterra. Era formada por 28 tecelões que pretendiam adquirir bens de consumo que tivessem melhor qualidade por menor preço. Atualmente, em todo o planeta mais de 800 milhões de pessoas estão ligadas a cooperativas, pois existem 763.754 delas no mundo.

A maior organização não governamental em atividade representa o sistema cooperativo. É a ACI, Aliança Cooperativa Internacional, que tem sede em Genebra, na Suíça.

No Brasil estão registradas 6.652 cooperativas, que reúnem mais de nove milhões de associados. Em Santa Catarina são 258 cooperativas atuantes em 12 ramos de atividades.

Segundo levantamento, ao final de 2011 o sistema cooperativo catarinense contava com 1.267.000 cooperados. Os associados representam 20% da população do estado e as mulheres representam 32% deste. Nos quadros das cooperativas, 18% são jovens com 25 anos.

As cooperativas de Santa Catarina geram 38.462 empregos diretos. A sua receita está próxima de R\$ 15 bilhões, número que se aproxima do Orçamento do estado. As sobras, no último ano, alcançaram R\$ 326 milhões. O patrimônio líquido das nossas cooperativas é de R\$ 4,7 bilhões, sendo que geraram R\$ 725 milhões em impostos no ano passado e contribuem com cerca de 10% do PIB do estado."

As cooperativas contam com a parceria da Assembleia Legislativa de Santa Catarina; dos 40 parlamentares, 25 inscreveram o requerimento da criação da Frente Parlamentar Cooperativista, cujo objetivo é criar uma política de incentivos para as cooperativas.

Pretendemos aprovar neste ano, através de iniciativa governamental, a lei do cooperativismo, que prevê a inclusão no currículo escolar do cooperativismo, como disciplina optativa, para que os catarinenses tenham plena consciência do que é o cooperativismo e a importância que o sistema cooperativista tem para a sociedade. Por isso sempre digo: não é uma cooperativa que tem

associados, são os associados que têm uma cooperativa.

Assim, quero deixar registrada nesta Casa a importância do cooperativismo para o estado de Santa Catarina na organização de todos os seus segmentos. Deixo os meus cumprimentos e o desejo de que através do presidente da Ocesc, dr. Marco Antônio Zordan, esse segmento possa organizar-se ainda mais, para dar uma qualidade de vida ainda melhor para a nossa gente.

Sr. presidente, sempre defendi nesta Casa, desde o meu primeiro mandato - e este é o quarto - o que os bombeiros voluntários podem fazer e o que não podem.

Nunca conseguimos encontrar, nesses anos todos, uma solução definitiva para esse impasse. Nos últimos anos, o Judiciário decidiu que os bombeiros militares fariam o trabalho dos bombeiros voluntários.

E aí quero falar da minha cidade, quero falar de Concórdia, onde os bombeiros voluntários estão legalmente constituídos há mais de 30 anos, mas lá atuam há mais de 50. Lembro que atuavam no município de Concórdia com um jipe, deputado Neodi Saretta, cedido pela Sadia, procurando atender os chamados. Hoje, quando as coisas estão bem estruturadas e caminhando, não há por que lá instalar uma Corporação de Bombeiros Militares, para retirar o trabalho daqueles abnegados voluntários que nas horas difíceis nunca desistiram.

Por isso, desde o primeiro momento procurei defender que houvesse um entendimento. Pedi aos deputados que permitissem que a PEC tramitasse para podermos debater a questão, pois num primeiro momento ela seria abortada ainda na comissão de Constituição de Justiça. Conseguimos chegar a um entendimento mesmo com aqueles que defendem outra lógica, no sentido de que a PEC tramitasse.

No momento em que PEC começou a ser discutida e a tramitar nesta Casa, percebi que poderíamos construir o entendimento entre os dois segmentos. É claro que não é aquilo que os bombeiros voluntários queriam e não é aquilo que os

bombeiros militares gostariam, mas é um meio termo. Aprovada essa PEC, sancionada pelo governador, pelo menos aqueles que estavam constituídos até maio podem ir para casa com tranquilidade, pois no dia de amanhã poderão exercer o seu trabalho sem qualquer contratempo legal.

Sr. presidente, é preciso que ressaltemos que nosso estado possui 295 municípios e em mais de 150 ainda não há nem Corpo de Bombeiros Militar, nem Corpo de Bombeiros Voluntários. Então, o estado precisa começar a se preparar porque quando um prefeito fizer uma solicitação, vai ter que estruturar toda uma corporação de bombeiros.

De qualquer forma, entendo que embora o encaminhamento não seja perfeito, poderá ser repensado no futuro. Um estado que tem falta de médicos, que tem falta de policiais, que tem falta de professores, poderia pensar melhor essa questão e dar a liberdade ao município para dizer qual corporação de bombeiros deseja, se militar, se voluntária.

Quero aproveitar para fazer um apelo a todos os deputados que estão na Casa, para que às 16h estejam no plenário, a fim de votarmos e darmos por encerrado esse capítulo que durou muitos e muitos anos.

Finalizo, fazendo aos bombeiros voluntários o meu reconhecimento pelo trabalho que fazem. Eu sei que muitas vezes vocês colocam em risco suas vidas para salvar a dos outros. Espero que sejam iluminados e que possamos, através dessa construção que aqui fizemos, valorizar e reconhecer o trabalho que fazem.

Valeu a pena a luta, a persistência de vocês e dos deputados que trabalharam em defesa dos que muitas vezes gratuitamente trabalham para os que precisam. Que possamos construir uma sociedade mais justa e digna.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) -
Ainda dentro do horário reservado aos Partidos

Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, srs. deputados, nossos amigos de Joinville que visitam a capital, telespectadores da TVAL.

Vou colaborar para que a nossa tarde não seja tão longa, sr. presidente. Eu iria fazer uma fala no momento da votação da PEC, mas vou aproveitar o horário do partido para fazê-la agora, deixando o espaço na Ordem do Dia para os demais parlamentares.

Sr. presidente, vivemos tempos de mobilização e vemos isso acontecer pelo mundo afora. Estão acontecendo transformações no mundo por conta de mobilizações, e não está sendo diferente em nosso país. Eu me refiro à mobilização que aconteceu por conta da votação desta PEC, que no meu entendimento nem deveria acontecer. Não deveria acontecer se lá atrás, quando foi criado o Corpo de Bombeiros Militar, já tivessem tido o cuidado de preservar os Bombeiros Voluntários. Se tivesse ocorrido isso, não precisaríamos estar há tanto tempo trabalhando e também não precisaríamos dessa mobilização toda para a votação da PEC daqui a pouco.

Quero parabenizar, antes de mais nada, sr. presidente, os segmentos organizados, principalmente os de Joinville, da minha região e das demais cidades. Quero parabenizar especialmente o presidente da Câmara de Vereadores e os demais vereadores aqui presentes no dia de hoje, pois suspenderam a sessão na Câmara Municipal de Joinville para apoiar a luta dos bombeiros voluntários da nossa cidade. E é bom que os srs. saibam que a Câmara de Vereadores de Joinville não está mobilizada apenas e tão somente para essa questão pontual dos bombeiros voluntários. Ela está mobilizada para todos os assuntos importantes que dizem respeito à cidade de Joinville.

Foi realizada, recentemente, uma reunião na Câmara de Vereadores - eu não pude estar presente e justifiquei a minha ausência, o presidente sabe disso - a respeito da questão dos ônibus interurbanos, que fazem a ligação entre Joinville e Araquari. A Câmara de Vereadores já esteve com o secretário Valdir Cobalchini tratando de um assunto de suma importância, que é o acesso a Joinville através de Araquari, através da estrada do Rio do Morro. A Câmara de Vereadores está mobilizada, os segmentos organizados de Joinville estão mobilizados para sensibilizar o governo.

É importante que todos saibam desse trabalho que fazem os vereadores, que faz a Câmara Municipal de Joinville. Tanto é verdade que no dia 11 o secretário Cobalchini estará nesta Casa, na comissão de Finanças, para que possamos incluir nos R\$ 3 bilhões que vão ser liberados o asfaltamento da estrada do Rio do Morro, que já foi licitada e está precisando apenas e tão somente de verba. No dia 12, no dia seguinte, portanto, o secretário Cobalchini estará em Joinville, na Câmara de Vereadores, também tratando desse assunto.

Falo isso somente para que todos tenham ideia da mobilização e do trabalho sério que se faz dentro da Câmara de Vereadores do município de Joinville.

Eu quero referir-me agora especificamente aos bombeiros. Eu conversava com o deputado Elizeu Mattos e disse-lhe que havia achado uma maneira de não haver encrenca nesta Casa. Agora, da tribuna, digo que o deputado Elizeu Mattos encontrou uma alternativa muito interessante através de emenda que vem ao encontro dos anseios dos bombeiros voluntários e que acaba apaziguando, de certa forma, os ânimos dos bombeiros militares.

(Passa a ler.)

"Art. 112 [...]"

Parágrafo único. No exercício da competência da fiscalização de projetos, edificações e obras nos respectivos territórios, os municípios poderão, nos termos da lei local, celebrar convênios com os Corpos de Bombeiros Voluntários

legalmente constituídos até maio de 2012, para fins de verificação e certificação do atendimento às normas de segurança contra incêndio.”[sic]

Com isso acho que se resolve a questão que estava gerando polêmica e nós, pelo menos é o meu entendimento, teremos uma votação no dia de hoje que, se não for unânime, será bastante expressiva.

Quero parabenizar todos os segmentos, todas as pessoas que se empenharam de maneira bastante objetiva para que fosse alcançado esse objetivo no dia de hoje, pois ninguém está fazendo favor algum aos bombeiros voluntários, apenas e tão somente reconhecendo o seu trabalho.

Temos em Santa Catarina muitas Corporações de Bombeiros Voluntários que estavam sofrendo horrores e que poderiam ser até extintas se não aprovássemos essa PEC no dia de hoje.

Então, é bom que enfatizemos que o que vai acontecer daqui a pouco se deve principalmente à mobilização da região norte de Santa Catarina, que está em peso aqui no dia de hoje e que, se Deus quiser, verá a aprovação da PEC.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, primeiramente quero registrar a presença do nosso secretário da Infraestrutura, deputado Valdir Cobalchini, que foi uma das pessoas que nos ajudaram para que construíssemos essa proposta de entendimento e a quem agradecemos publicamente.

Em segundo lugar, quero agradecer ao deputado Aldo Schneider, que cedeu o seu espaço no horário do PMDB a fim de que pudéssemos usar a tribuna.

Então, mais uma vez o meu muito obrigado ao deputado Aldo Schneider.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Inicialmente, consulto os srs. deputados se podemos votar o PLC n. 0017/2012, de autoria do Ministério Público, que trata da Lei Orgânica do Ministério Público, que foi aprovada nas comissões.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0017/2012, de origem do Ministério Público, que altera dispositivos constantes da Lei Complementar n. 197, de 2000, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal e os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, com sua permissão, gostaria de fazer um apelo aos deputados que se encontram nos gabinetes para que se façam presentes no plenário, a fim de termos quórum e votarmos a PEC dos bombeiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - (Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DANIEL TOZZO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VALTER GALLINA	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Votaram 30 srs. deputados.

Temos 30 votos "sim".

Está aprovado o PLC n. 0017/2012 em primeiro turno.

Quero agradecer aos deputado Valmir Comin e Marcos Vieira que, juntamente com toda a comissão

de Finanças e Tributação, possibilitaram a tramitação da matéria neste dia.

O Sr. Deputado Romildo Titon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Romildo Titon, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, quero comunicar a v.exa. que a comissão de Constituição e Justiça acabou de colher todas as assinaturas relativas à PEC dos bombeiros.

Então, quero, primeiramente, parabenizar o deputado Elizeu Mattos, que com sua emenda encontrou uma solução que, se não agradou todos, agradou a grande maioria. E passo as suas mãos a matéria aprovada por maioria na comissão de Constituição e Justiça.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Discussão e votação da Proposta de Emenda Constitucional n. 0001/2012, de autoria da Mesa Diretora, que acrescenta o parágrafo único do art. 112 da Constituição do Estado de Santa Catarina (competência municipal - normas de segurança contra incêndio).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa, de autoria do deputado Elizeu Mattos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Com a palavra o sr. deputado Elizeu Mattos, autor da emenda, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, a PEC foi apresentada pela Mesa Diretora e se eu quisesse votar de forma eleitoreira, pensando só no meu reduto eleitoral, votaria simplesmente

contra e não me preocuparia em construir uma emenda. Eu faria uma média com todos e pensaria apenas na minha eleição a prefeito de Lages. Mas não é assim, porque fui eleito para legislar para o estado de Santa Catarina e os mais de 50 mil votos que recebi provam isso.

Acho que nos três anos e meio em que fui líder do governo nesta Casa tivemos grandes vitórias, não houve derrotas. E foi tudo na palavra: palavra dada, palavra cumprida. Sempre fizemos assim. As negociações foram todas feitas com harmonia e dessa forma construimos grandes projetos para Santa Catarina.

Talvez eu devesse estar licenciado no dia de hoje, deputado Kennedy Nunes, assim como v.exa., para cuidar da minha eleição em Lages. Mas estou aqui discutindo uma questão que até pode ser mal interpretada na minha cidade, dizendo que sou a favor de "a" e contra "b".

O que queremos neste Parlamento? Nós queremos harmonia nas discussões! Não queremos pregar a cizânia entre as pessoas que fazem o bem para Santa Catarina. Eu quero saber se há alguém contra os bombeiros? Não há! O Corpo de Bombeiros, seja Militar ou Voluntário, é a instituição mais querida pela sociedade atual. Qualquer pesquisa mostra que os bombeiros são muito queridos pelas pessoas. Eu gosto, os meus filhos gostam! Em qualquer casa, na hora de comprar brinquedo para os filhos, o mais desejado é o carrinho de bombeiros. Meus filhos têm miniaturas de carrinhos de bombeiros nos seus quartos.

Eu não construí sozinho essa emenda, sou bem sincero. Chamei alguns amigos que são bombeiros dizendo que precisávamos achar alguma saída harmônica. Muitos responderam que existia o medo, deputados Moacir Sopelsa e Neodi Saretta, de que os Bombeiros Voluntários se transformassem em negócio e que de repente comessem a criar corporações de voluntários em alguns municípios onde já existe Bombeiro Militar e vice-versa.

Eu chamei alguns amigos que são bombeiros militares - e o deputado Sargento Amauri Soares os conhece - para elaborarem comigo a emenda. São

eles: o presidente da Associação dos Oficiais, coronel Shauffert; o tenente-coronel Gladimir Murer, que foi comandante em Lages e que hoje é diretor de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina; e o major Flávio Graff, que é chefe de seção do Estado Maior do Corpo de Bombeiros Militar. Além disso, os praças consultados são, na sua grande maioria, a favor da emenda, da harmonia, porque não querem trabalhar em desarmonia com os Bombeiros Voluntários.

Portanto, a emenda não é de autoria do deputado Elizeu Mattos, a emenda é da autoria de todos, é dos deputados, é desta Casa, é de Santa Catarina, é dos Bombeiros Voluntários, é dos Bombeiros Militares.

Quando fui líder do governo, deputado Jailson Lima e deputada Ana Paula Lima, nunca quebrei a minha palavra. À vezes até briguei com o governador, mas nunca quebrei minha palavra depois de havê-la empenhado nesta Casa. E hoje não vou quebrar a minha palavra em hipótese alguma. Eu dei a minha palavra de que se construíssemos uma emenda, um caminho de conciliação, de harmonia, eu votaria a favor da PEC.

Por isso, sr. presidente, digo aos meus pares que não vamos votar a favor ou contra o bombeiro "a" ou "b", vamos votar a favor dos bombeiros do estado de Santa Catarina.

Dessa forma peço o voto "sim" à PEC com a emenda apresentada por todos os deputados desta Casa!

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Conforme acordo com os srs. deputados, com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Neodi Saretta, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, todos que nos assistem, creio que o tempo é suficiente para fazer o encaminhamento porque não vamos voltar a discutir a emenda como um todo, pois já

foi amplamente discutida, inclusive eu ocupei esta tribuna hoje para falar sobre esse assunto.

Quero apenas abordar a emenda de autoria do deputado Elizeu Mattos para parabenizá-lo pela ação e dizer o seguinte: se fosse para agir de acordo com a essência daquilo que sempre defendemos teríamos que ser contra essa emenda, já que defendemos o voluntariado que já está constituído e também aquele que quer constituir-se. É importante deixar bem claro que a emenda é limitante, pois garante o funcionamento apenas daquelas corporações que já estão funcionando, mas não das novas.

Entretanto, acho que se há uma proposta que pode conseguir uma ampla maioria, temos que caminhar para ela. Poderíamos invocar aqui os 25 votos anteriormente dados, mas naquele dia, deputado Reno Caramori, solicitamos, inclusive, que aqueles deputados que estavam em dúvida votassem a favor para que a emenda pudesse tramitar, pois ao longo da tramitação poderíamos, quem sabe, chegar a um proposta de entendimento. E justamente se chegou a essa proposta, que se não é a ideal, foi articulada por este Parlamento para podermos ter, inclusive, essa votação com quórum qualificado.

Então, como as coisas estão sendo construídas dentro disso, encaminhamos o voto favorável à emenda e à PEC. Parabenizamos o deputado Elizeu Mattos e apelamos a todos os deputados que aprovelem e garantam, como disse, o trabalho em harmonia.

Contudo, quero deixar registrado que vamos cobrar que nos demais municípios onde não há nenhuma corporação de bombeiros que o estado faça uma programação para criá-las. Isso é importante, é fundamental.

Sr. presidente e srs. deputados e deputadas, vitoriosa essa proposta, com certeza o Parlamento será vitorioso, não pelos votos, mas por ter conseguido construir o entendimento para obter maioria.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Darci de Matos, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, minha saudação às lideranças comunitárias, empresariais e políticas de Joinville, na pessoa do prefeito Carlito Merss e do presidente do Corpo de Bombeiros Voluntários, Moacir Thomazi.

O dia de hoje é um dia muito importante para o voluntariado e para Santa Catarina. E quero iniciar minha fala parabenizando o deputado Romildo Titon pela racionalidade, pela serenidade com que conduziu a votação na comissão de Constituição e Justiça e como externou agora sua posição de apoio a esta PEC que deverá ser votada e aprovada daqui a alguns instantes.

Não posso deixar de parabenizar também o deputado Elizeu Mattos que, com inteligência, racionalidade e sensibilidade, construiu uma emenda que mantém os Bombeiros Voluntários de Santa Catarina com as portas abertas, salvando vidas, e mantém a Corporação dos Bombeiros Militares atuando excepcionalmente bem em nosso estado.

Portanto, a aprovação desta PEC, sr. presidente, traduz o reconhecimento do trabalho voluntário de Santa Catarina e traduz também a racionalidade e o bom senso.

Deputado Sargento Amauri Soares, durante muitos meses debatemos e divergimos exaustivamente nas comissões e neste plenário. O debate, a divergência e a convergência, sobretudo, traduzem a essência do Parlamento catarinense, mas, como é de praxe, para Santa Catarina sempre buscamos o bom senso e desta feita foi através da emenda de autoria do deputado Elizeu Mattos, dentro de um entendimento com o Corpo de Bombeiros Militar.

Então, daqui a alguns minutos deveremos aprovar esta PEC por ampla maioria. E a sua aprovação significa a vitória dos bombeiros

voluntários e significa também a vitória dos bombeiros militares. Por que não? E temos que assumir um compromisso com os bombeiros militares, pois em 170 cidades de Santa Catarina não há nenhum tipo de corporação de bombeiros.

Precisamos, todos nós, a partir de hoje, a partir da aprovação desta PEC, defender a implantação do plano de carreira, a constituição da junta médica e o aumento do quadro de efetivos dos bombeiros militares. São pendências que devem ser discutidas pela Assembleia Legislativa e pelo Poder Executivo, ou seja, a partir de hoje, como disse o deputado Elizeu Mattos, queremos os bombeiros atuando e salvando vidas em harmonia, porque todos que estão aqui e os que estão-nos acompanhando neste momento, deputado Sargento Amauri Soares, são trabalhadores catarinenses dignos, que têm uma única missão, ou seja, salvar vidas. E salvar vidas não é para qualquer um, é um gesto nobre, de coragem, é uma missão sublime e nobre.

Por isso, queremos defender em todos os momentos e a todo instante, através desta PEC e através de outros debates nesta Casa, os bombeiros comunitários, os bombeiros voluntários e os bombeiros militares, para o nosso orgulho e para o bem do nosso estado.

Muito obrigado pelo apoio e parabéns pela presença de todos nesta sessão memorável!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, pela ordem, para encaminhamento de votação, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, autoridades, bombeiros, público presente, inscrevi-me para falar de algo que já fiz anteriormente, mas quero registrar a importância da emenda de autoria do deputado Elizeu Mattos, no sentido de que suprime um dos nossos argumentos contra a PEC.

Falava há algumas semanas, e umas pessoas até riam e diziam que eu estava exagerando, da possibilidade de, a partir da aprovação desta PEC, o prefeito, através de lei municipal, escolher qual a corporação de bombeiros valeria a pena na sua cidade. E dizia que isso era temerário para essas 171 cidades que ainda não têm bombeiro.

É evidente que em Joinville, que tem uma cultura de voluntariado arraigada, isso não aconteceria, mas nas outras 171 cidades poderia, sim, acontecer uma proliferação de empreendedorismo na área do serviço público essencial, fazendo com que o prefeito escolhesse qual bombeiro valeria a pena, mas na mudança de administração o novo prefeito poderia até resolver mudar de corporação. E poderia acontecer, inclusive, de algum proprietário de um escritório de engenharia civil, que elabora e vende projetos, ser também diretor, chefe ou responsável técnico de uma entidade dessas. E temos um documento de um engenheiro que assina um projeto na área de engenharia civil e também libera o projeto na área de incêndio.

Não quero criar caso ou situação sobre a importância da emenda do deputado Elizeu Mattos, mas na questão do mérito entendemos que permanece toda a nossa argumentação que consta dos relatórios que fizemos na comissão de Constituição e Justiça, a nossa posição no debate que realizamos desta tribuna. A nosso ver o princípio constitucional permanece afetado, porque a atribuição de fiscalizar, normatizar e autuar precisa ser do poder público, que normatiza todas as atividades da sociedade, inclusive as empresariais.

Não estamos contra os Bombeiros Voluntários que realizam um trabalho importante, mas se o discurso é "viva o voluntariado", viva, sim, o bombeiro voluntário atuando em sintonia com o poder público e com a sociedade; viva, sim, o voluntariado, que, efetivamente, é voluntário, porque há muito de empresarial em algumas das iniciativas e a maioria dos trabalhadores, prefeito Carlito Merss, daqueles que,

efetivamente, cumprem os plantões na cidade de Joinville, é de profissionais do Corpo de Bombeiros e muito mal remunerado. O trabalho voluntário é ocasional e essa é uma realidade que precisa ser analisada.

Mas não somos contra o voluntariado, apenas achamos que não deve ter atribuição de normatização, de fiscalização, de atuação. O argumento de que é mais barato também é discutível, porque nada vive de ar, vento, oxigênio. Nada vive apenas de vento, nem o fogo, e os bombeiros sabem disso. De alguma forma, por uma via ou por outra, é a sociedade que está pagando através de taxa, de contribuição voluntária, de outra forma de cobrança, do Fundo Social, da prefeitura.

A nossa posição, no entanto, permanece a mesma e entendemos que esse debate provavelmente irá continuar, porque há questões de constitucionalidade que, em nosso entender, estão sendo afetadas.

Da minha parte, individualmente, não há nenhuma iniciativa, mas provavelmente esse debate continuará, senão neste Poder, mas em outros do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Reno Caramori, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e todos que prestigiam esta sessão.

Fui muito claro no meu pronunciamento anterior, mas quero apenas dirimir algumas dúvidas. Vejam que a emenda apresentada pelo deputado Elizeu Mattos foi formatada pelos bombeiros militares, o próprio autor declinou esse fato.

Então, quero somente pedir ao propositor da emenda que, pelo respeito que tenho às comunidades, aos prefeitos, aos vereadores de Santa Catarina, pelo reconhecimento da

responsabilidade do poder público municipal, a quem compete a questão, retire o último tópico da justificativa, deputado Elizeu Mattos, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"[...]

Assim, se não acatada esta proposta de emenda modificativa poderá em cada cidade haver mais de um bombeiro voluntário, tornando-se um serviço privado sem controle do estado e da sociedade organizada."[sic]

Isso não acontece, deputado Elizeu Mattos, essa é uma ofensa aos mandatários dos municípios, porque os prefeitos, quando propõem a criação de uma corporação de bombeiros às Câmaras de Vereadores, fazem-no com responsabilidade!

Então, repito, peço que seja retirado esse último tópico da justificativa da emenda, porque entendo que isso é uma falta de respeito com o nosso prefeito e vereador de cada município.

Agora eu tenho outra observação a fazer. Veja bem, deputado Sargento Amauri Soares, que nós temos, hoje, nas Corporações de Bombeiros Voluntários, 4.462 bombeiros, dos quais somente 387 são remunerados. Ou seja: 4.075 bombeiros voluntários não recebem nada para trabalhar! Os demais 387 em todo o estado são remunerados porque permanecem diuturnamente na corporação de plantão.

Há uma declaração no jornal dizendo que o número ideal de bombeiros militares para Santa Catarina seria 4.123 e que hoje há somente 2.517. Estamos com uma defasagem de 1.606 bombeiros militares nas corporações já existentes. Então, como o estado terá condições de suprir os 171 municípios?!

(Palmas das galerias)

Então, é complicado. Não vamos convencer ninguém de que está sobrando gente. Nós temos que ser conscientes de que os 171 municípios terão dificuldades de receber uma Corporação de Bombeiros Militares pela situação em que o estado está! E não é o deputado Reno Caramori que está dizendo, esses são dados concretos. A imprensa divulgou e sabemos pelo Orçamento do estado.

Portanto, faço essa ressalva para que não paire qualquer dúvida no dia de amanhã. Nós vamos lutar para que após a aprovação - e repito o que já disse aqui - o Corpo de Bombeiros Militar, através do governo do estado, tenha condições de socorrer os municípios que estão desassistidos. Ou então que permitam que os voluntários, através da sociedade organizada...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em votação.

A votação será nominal no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a PEC e os que votarem "não" rejeitam-na.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, quero justificar a ausência do deputado Joares Ponticelli, que se encontra em Brasília, nos trabalhos da Unale.

Mas quero também reiterar a posição da bancada do PP favorável à PEC dos bombeiros.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Estamos em processo de votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADA ANGELA ALBINO	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DANIEL TOZZO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	abstenção
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO NILSO JOSÉ BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VALTER GALLINA	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	abstenção

Está encerrada a votação.

Votaram 29 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim", três votos "não" e duas abstenções.

A matéria está aprovada em primeiro turno.

(Palmas das galerias)

Discussão e votação em primeiro turno da PEC n. 0009/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, que modifica o art. 106 da Constituição do Estado de Santa Catarina, que dispõe sobre a Polícia Civil.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

À presente PEC foi apresentada emenda substitutiva global.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

Trata-se de matéria aprovada em todas as comissões.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DANIEL TOZZO	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO NILSO JOSÉ BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

DEPUTADO VALTER GALLINA

sim

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados no painel e o deputado Manoel Mota fora do sistema eletrônico. .

Temos 26 votos "sim", com o voto "sim" do deputado Manoel Mota, um voto "não" e nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada em primeiro turno.

Informo aos srs. deputados que teremos a votação em segundo turno das matérias e que precisaremos do mesmo número de votos.

O Sr. Deputado Darci De Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, depois de votarmos as matérias em segundo turno, pergunto a v.exa. acerca da possibilidade de a Presidência suspender a sessão por cinco minutos, a fim de que as lideranças cumprimentem os deputados e agradeçam a aprovação da PEC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Tão logo se encerrem as votações, suspenderemos a sessão por dez minutos, deputado Darci de Matos.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para votação do segundo turno das matérias recentemente aprovadas.

Está encerrada a sessão.

